

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro*

Higor William da S. M. Marcolino**

Universidade de São Paulo

DOI: 10.11606/issn.2318-8855.v14i2p189-219

resumo

Este trabalho possui como objetivo visualizar a relação entre figuras míticas nacionais e a formação de identidades nacionais e suas contradições. O trabalho, tendo a análise bibliográfica como metodologia, procura entender como as identidades do gaúcho (gaúcho, no português) e do malandro, contribuíram para a consolidação nacional brasileira, e como estas imagens míticas foram criadas para além das histórias oficiais. Assim, será visto neste trabalho que as imagens destes personagens, antes considerados completamente fora do que deveria ser um padrão social positivo, são desconectadas do que o ocorrido de fato na época, tendo sua essência reformulada para adequar-se aos padrões sociais. Também será visto que a reformulação das imagens dos gauchos e malandros atendeu a uma classe específica, que hoje procura trazer o mito nacional enquanto consolidação de uma cultura específica. Conclui-se, então, que apesar das contradições expostas historicamente destes personagens na cultura nacional, é necessário aprofundar os estudos deles enquanto elementos da formação cultural de diversas regiões nacionais, trazendo maior clareza de sua existência e vivência para além do que é trazido pelo Estado de forma oficial.

PALAVRAS-CHAVES: Malandro; Gaúcho; Formação Nacional; História; Sociedade.

* Agradeço a Matheus Gregório Tupina Silva, jornalista da Folha de S.Paulo, por todo apoio na redação deste texto, sem ele não teria sido possível.

** Atualmente é Analista de Documentação e Acervo do Sindicato Nacional do Aeronautas e bolsista do Museu da Educação e do Brinquedo da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em história cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: escravidão, Brasil Império, representações, identidades e processos criminais.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

Introdução

O seguinte trabalho visa dialogar, por meio de análise bibliográfica, como a formação de personagens como os *gauchos* e malandros ajudaram a criar as identidades nacionais de seus países ao longo da história. Os *gauchos* são aqueles que cuidavam das atividades pecuárias nas estâncias e fazendas na região do prata, compreendendo a região do Rio Grande do Sul, Uruguai e a Argentina; os malandros são aqueles que moram nas metrópoles e centros urbanos, e que não possuíam um trabalho regular, morando nas periferias e vivendo um estilo de vida “boêmio”. O principal objetivo é entender como estes personagens, antes criminalizados e desmoralizados, passaram a se tornar parte do imaginário nacional brasileiro de forma romântica, apagando-se o que de fato eles foram e as resistências que exerceram durante sua existência.

Como esses agentes tão orgânicos de seu tempo, que por diversas ocasiões eram repreendidos por forças governamentais ou supragovernamentais, tiveram sua essência reformulada e sua percepção apurada para se adequar aos padrões de uma sociedade “progressista e ordeira”. Ou seja, sua redenção serve não somente para lembrar a origem deste povo ou enaltecer um sujeito da vida social nacional, mas para fantasiar um passado de glória e pompa, criando desse modo vestimenta, culinária e jeito de ser. Com isso, podemos entender como essas figuras tão distintas geograficamente se encontram no panteão dos símbolos latino-americanos. Quando pomos em jogo quem é cada agente vemos mais semelhanças em suas características em que qualquer outro mítico, respeitando sua época de concepção ou reivindicação. Sendo assim, neste

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

trabalho serão revisadas questões conceituais importantes como a formação do Estado-nação e a importância de narrativas de legitimação politicamente, trabalhando com elementos de teoria do Estado e política para a legitimação de sua existência, seu formato e suas elites. Além disso, o contexto político e econômico brasileiro e argentino será explicado, buscando entender o porquê da necessidade do surgimento de mitos nacionais daquela natureza e as consequências desse surgimento.

Ao analisarmos o surgimento de mitos nacionais, nos deparamos logo de começo dois termos bastante importantes: “literário e real”. O caso do *gaucho* e do malandro, duas figuras que andaram sendo personas tão atemporais em suas respectivas sociedades — argentina e brasileira — o *gaucho* como símbolo de liberdade e resistência da sociedade campestre e dos aspectos originários da cultura platina e o malandro como símbolo de resistência das privações e moralidades sociais. Se o *gaucho* é oriundo dos pampas, e o malandro, da cidade, um dos mitos já nasce sobre o véu “cosmopolita”, reivindicando uma cultura sem determinada etnia, sobretudo porque a cultura a ser construída é a mestiça, em termos regionais e nacionais.

Estado-nação e identidade nacional no Brasil e na Argentina

Em primeiro lugar, faz-se importante ambientar a ideia do Estado-nação na Teoria do Estado, que insere alguns elementos básicos para a existência de uma unidade político-administrativa centralizadora, e de um território de larga escala em relação a outras formas de organização humana: povo, território e soberania. Os três elementos, em conjunto, são o mínimo para se gerar legitimação e coesão ao Estado, que se apoia em

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

seus três elementos constitutivos para ganhar espaço de atuação e intervenção na vida individual e em comunidade dos que fazem parte de sua jurisdição e são seus naturais.

Essa naturalidade, porém, não é “natural”, afinal o Estado-nação não é parte de um eventual jusnaturalismo existente, por exemplo, em liberdades individuais. A ideia de “povo”, um dos elementos constitutivos do Estado, não trata somente da população, enquanto território habitado por seres humanos, mas sim por pessoas que habitam um território e que possuem hábitos, cultura e moralidade comuns em alguns aspectos, a fim de gerar pertencimento a uma instituição ou a um sistema de crenças maior do que sua própria individualidade. É necessário pertencimento para haver naturalidade, e o pertencimento depende de um conjunto de fatores sociológicos, antropológicos e políticos que legitimam um pensamento individual em torno de uma coletividade, capturando também o conceito de nacionalidade e de cidadania para dentro da alçada do Estado-nação (DALLARI, 1985).

Desse modo surge a nacionalidade como um vínculo cultural, político, social e essencial ao Estado-nação, que o absorveu juridicamente em torno da cristalização e organização de sua jurisdição e soberania. Importante falar sobre este último, que também se consolida através do conceito de nacionalidade, possuindo consequências internamente e externamente — a nacionalidade, que gera um elemento comum de identificação social, política e cultural, é utilizada para dar legitimidade política à ação repressora e política do Estado no plano doméstico, tendo este o monopólio da violência e a capacidade de alterar, por meio da

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

política institucional, a vida daqueles que são nacionais de um determinado Estado. Externamente, a soberania traz a impossibilidade, na visão do Estado-nação, de que haja qualquer outro Estado capaz de ser superior, trazendo, de forma paradoxal, o tratamento igual no regime internacional (todos são soberanos, então há igualdade nos Estados) e ao mesmo tempo desigual - um Estado é soberano e superior a todos os outros em seu ponto de vista interno, e, portanto, trata outros Estados em uma relação de superioridade-inferioridade (MIRANDA, 2004).

A nacionalidade, então, toma papel central na existência do Estado-nação, pois é necessária para a ação política nacional e internacional. Sem nacionalidade, não há legitimidade, e sem legitimidade, não há Estado (GONZÁLEZ, 2013). Para este artigo, então, é importante entender o surgimento da nacionalidade, e como este conceito pode ser moldado para atender à criação de um Estado-nação em surgimento, mesmo com diversas contradições inseridas neste processo. Tal molde nacional pode ser feito por via cultural, política, dentre várias outras formas deliberadas ou não, que vão mudando o senso de coletividade e, por consequência, o sistema de crenças individuais dos que pertencem ao determinado território ou nacionalidade.

“A identidade nacional é uma criação moderna. Começa a ser construída no século XVIII e desenvolve-se plenamente no século XIX. Antes dessa época não se pode falar em nações propriamente ditas, nem na Europa nem em outras partes do mundo. Conta-se, como aprendemos em nossos livros de História do Brasil, que D. João VI, ao deixar o Brasil, despediu-se de seu filho, dizendo: ‘Pedro, se o Brasil vier a separar-se de Portugal, põe a Coroa sobre tua cabeça, que hás de me respeitar, antes que algum aventureiro lance mão dela’. Observe-se que D. João, como, aliás, qualquer outro rei europeu, não tinha nenhum sentimento nacional, tinha um sentimento dinástico”. (FIORIN, 2009, p. 116)

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

A construção do Estado-nação na América Latina transcendeu a mera consolidação administrativa ou política, envolvendo a criação de narrativas simbólicas que legitimassem a unidade nacional e reforçassem a autoridade estatal. Nesse processo, o nacionalismo emergiu como instrumento de congruência entre Estado e nação, mas simultaneamente serviu como mecanismo de exclusão e hierarquização social, étnica e cultural, promovendo a marginalização de grupos historicamente subordinados (FIORIN, 2009). Em sociedades plurais, como as latino-americanas, a homogeneização simbólica se tornou estratégica: por meio da idealização e romantização de personagens específicos, buscou-se construir vínculos de pertencimento coletivo, mascarando tensões sociais e desigualdades estruturais. Nesse contexto se insere a romantização de figuras como os *gauchos* e os malandros. O mito do *gaucho*, difundido na região do Prata, transformou trabalhadores rurais, historicamente marginalizados e frequentemente reprimidos, em símbolos de liberdade, coragem e identidade cultural. Da mesma forma, o malandro urbano, oriundo da periferia e de contextos de precariedade, foi reinterpretado como sujeito astuto, criativo e emblemático da vida social brasileira. Essa reconfiguração histórica e cultural não apenas apagou as resistências reais desses grupos, mas também suavizou ou eliminou os conflitos sociais, econômicos e raciais que marcaram sua existência, transformando-os em ícones de um passado idealizado.

A romantização, portanto, cumpre uma função dupla: legitimar o Estado e seus projetos de unificação, enquanto simultaneamente opera como ferramenta de apagamento social e ideológico. Ao incorporar figuras marginalizadas ao imaginário nacional de maneira seletiva, o Estado,

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

aliados a intelectuais e produtores culturais, construiu uma narrativa que reforçava o heroísmo, a criatividade e a “moralidade” de certos grupos, ao mesmo tempo em que justificava a exclusão de outros. No caso do *gaucho* e do malandro, essa idealização permitiu projetar uma identidade nacional homogênea, mestiça e culturalmente coerente, ainda que fortemente descolada da realidade histórica. Assim, a análise crítica desses personagens evidencia que a formação de mitos nacionais é simultaneamente processo cultural e político. Ao estudar *gauchos* e malandros, percebe-se que a literatura, a arte e os discursos oficiais não apenas celebram virtudes supostas, mas também naturalizam hierarquias sociais, promovem o branqueamento cultural e mascaram contradições estruturais, configurando a romantização como um mecanismo estratégico de legitimação do Estado, de controle ideológico e de construção de um imaginário nacional idealizado e excludente.

No Brasil, o processo de construção da identidade nacional esteve marcado por uma tensão constante entre resistência social e esforços de unificação estatal. As revoltas de Carrancas, Manuel Congo e Malês revelavam não apenas a contestação à escravização da população negra, mas também a fragilidade do Estado frente a demandas locais, configurando ameaças concretas à estabilidade política e social de um país que buscava consolidar-se através de um imaginário cultural profundamente excludente, no qual muitos eram negados como sujeitos plenos (VAINFAS, 2002, p. 643). A violência, a resistência e a recusa à subordinação escravocrata tornavam visível o caráter contraditório do projeto nacional: enquanto se tentava construir unidade e coesão, parte significativa da população permanecia à margem de sua própria nação.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

Foi nesse contexto de exclusão e tensão social que se estruturou a narrativa cultural brasileira. A elite política e intelectual buscou criar uma identidade nacional que integrasse elementos regionais e culturais diversos, moldando uma visão idealizada do país — praias e campos exuberantes, línguas adaptadas ao Tupi, indígenas assimilando valores cristãos — e, ao mesmo tempo, promovendo a fusão simbólica entre tradição e modernidade, natureza e cultura. Essa construção cultural não apenas buscava conferir universalidade ao Brasil e ao brasileiro, mas também ocultava as contradições sociais, ao absorver seletivamente elementos do passado e das periferias, marginalizando aqueles que resistiam à ordem vigente (FIORIN, 2009).

Fica clara então a parcialidade adotada pela literatura e pelos anais oficiais brasileiros, pela elite e todos os outros que procuraram consolidar a imagem supracitada. Quando uma ideia se apodera da consciência das massas, ela se torna uma forma material, o que gera uma formação social diferente em todo processo de formação da cultura nacional (MARX, 2001, p. 53). Criar a cultura nacional e torná-la forte e única depende, então, da massificação dela, o que necessariamente deve gerar apagamentos e contradições durante o processo. Os modelos explicativos de autodescrição cultural, então, ficam com um papel essencial na formação de uma identidade nacional, procurando pintar um cenário que consolide elementos comuns.

Claro que a universalidade cultural que o Brasil procurou no seu processo de consolidação nunca foi indiscriminada, tendo um filtro do que deve entrar na cultura ou não, o que deve ser romantizado e o que deve ser

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

esquecido, tornando o país mais pasteurizado e excluindo alguns do processo de naturalização e nacionalização. Claro que este processo de exclusão ficou para as populações negras, que eram demonizadas e foram esquecidas devido ao processo de escravidão, que era considerada ruim e deveria ser esquecida, como se nunca tivesse ocorrido. Deu-se espaço, então, para a ideia da “mestiçagem”, com a miscigenação sendo pintada somente entre nativos e brancos, sem a terceira etnia que era largamente representada no país. Esta marginalização da população negra não parou na construção do imaginário nacional, partindo para a política da eugenia e para o esquecimento da população negra após a escravidão, o que ecoa nas profundas desigualdades brasileiras até hoje (JACINO, 2013).

Este movimento de produção cultural não é imóvel, ocorrendo de forma fluida até os dias de hoje. A ideia do Malandro, que será abordada neste texto, passou a existir no final do século XIX e início do século XX, perpassando a Era Vargas, onde foi consolidada de forma cosmopolitana em torno de músicas como o samba, a capoeira, o candomblé, o batuque, e outras formas de manifestação individual, social e cultural que foram demonizadas em primeiro lugar, para depois serem apagadas e por último tornadas em símbolo, como algo mítico e rarefeito, sem muita referência nem mesmo observação de contradição (Idem, 2013).

Na Argentina, este movimento cultural foi diferente, optando-se menos pela universalização e mais pelo filtro, em múltiplas tentativas: em primeiro lugar, de distanciar-se da Espanha enquanto parte colonizadora, procurando desvencilhar-se da herança colonial e consolidar-se enquanto país independente e capaz de possuir uma identidade nacional própria e

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

autêntica, sem resquícios da metrópole que dominava a região. Aqui também influenciou a figura do *criollo*, o descendente de espanhol nascido nas colônias, e que agora entrava em um embate com o país em torno de se adaptar a uma nacionalidade argentina. Posteriormente, com o movimento de pan-hispanismo, o país foi lentamente se reaproximando da Espanha, dando passos para a reaproximação cultural.

Também naquele momento um dos fatores que dificultaram a formação do Estado-nação argentino foi o domínio dos interesses locais sobre os interesses da União. Da independência à estruturação do Estado-nação, a Argentina foi localmente governada pelo Caudilho, líder político local. A relação foi baseada em uma aliança entre líderes chamada caudilhismo. Eles reuniram assessores em torno de sua aparência e estabeleceram uma relação de lealdade e troca de favores. O caudilhismo foi organizado como uma rede de relações sociopolíticas que permeou toda a sociedade platina, refletindo a fragmentação entre as forças políticas locais (GUTFREIND E REICHEL, 1996).

Todas essas complexidades levaram a um turbulento processo de pós-independência, com uma quantidade relevante de conflitos civis eclodindo em torno do que deveria ser o formato do Estado argentino: centralista ou federalista. As batalhas em torno desta questão se estenderam até 1859, quando Buenos Aires foi obrigada a voltar para a confederação argentina após perder a Batalha de Cepeda. Após a vitória dos federalistas neste contexto, iniciou-se um processo vigoroso de crescimento e de formação do que de fato seria o Estado argentino, sua identidade cultural e sua forma de ver o mundo.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

Porém, a cultura argentina também possuiu seu filtro em relação às camadas que julgava inferiores ou desprezíveis socialmente — os nativos e os negros. Não somente houve um amplo projeto de branqueamento da população nativa argentina, como houve um processo de extinção da população nativa muito maior do que o caso brasileiro, onde havia algum grau de miscigenação existente entre os brancos e os indígenas, inclusive com certa romantização desse processo e de inserção dele no imaginário social. Durante as Campanhas do Deserto, expedição do aparelho repressor argentino para o sul do território conhecido como a Patagônia Ocidental e que dizimou populações indígenas ali existentes (LIMA E NOGUEIRA, 2006). A população negra, por outro lado, foi sendo eliminada do país especialmente com as guerras de Independência, nas guerras civis e na Guerra do Paraguai, para além das epidemias de febre amarela e cólera, que atingia majoritariamente os afro-argentinos, já excluídos de qualquer sistema social no país austral. Em relação ao Brasil, a Argentina realizou um processo de filtragem cultural muito mais bruto — ao invés de marginalizar a população negra e indígena, a dizimou.

Sendo assim, é possível ver que o processo de formação do Estado-nação abarca uns e exclui outros em seu processo de construção de narrativas e identidades, criando aqui a lógica dos heróis versus os vilões, os adorados versus os esquecidos, os que preponderam versus os que são escorraçados, sendo este processo não exclusivo ao Brasil ou à Argentina, mas de qualquer Estado-nação que possua a necessidade de se construir após um conjunto de processos políticos e culturais envolvendo música, etnia, artes, religião, esporte, e vários outros elementos capazes de criar

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

narrativas de heroísmo em conformidade com o projeto de identidade provocado por aqueles que o delineiam — no caso latino-americano, a elite.

***Gaúcho*: civilização e barbárie**

O *gaúcho* é aquele que, durante os séculos XVIII e XIX cuidava especificamente das atividades pecuárias na região platina, que compreende o Rio Grande do Sul, no Brasil; o Uruguai e o norte da Argentina como um todo. Sua vivência era a base do setor pecuário, que foi crescendo na região do Prata tanto em Buenos Aires quanto no Uruguai e no Rio Grande, primeiro pela versatilidade do couro em cidades mais pobres, podendo criar roupa com o couro, criar produtos outros e usar a carne para comer e sobreviver. Posteriormente, o gado da região da Prata passou a ser cobiçado pelo seu couro, mais grosso e resistente em relação ao gado *criollo*, mais magro (GUTFREIND E REICHEL, 1996).

A imagem do *gaúcho*, que foi se tornando bastante importante nos três países devido ao seu passado econômico pecuarista em comum, trouxe diferenças de cunho nacionalista entre cada Estado para gerar oposições nos imaginários sociais e criar discursos ideológicos que se tornaram mitológico, tamanha a distância entre o conceito de cotidiano estabelecido pelas metrópoles e o que eles representavam enquanto cultura e tradições. No Rio Grande do Sul, por exemplo, o gaúcho era considerado um “peão de estância” — mais sedentário, menos agressivo, mais focado no trabalho — em decorrência da índole lusitana e do processo de escravização. Já no Uruguai, procura-se relacionar o *gaúcho* com o gaudério, um homem livre, que vivia do trabalho ocasional e que percorria os campos em busca de animais para se alimentar e comerciar e

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

considerado “insolente”, e com o changador, um comerciante clandestino que intermediava o comércio entre o *gaucho* e Montevideú. Na Argentina, relaciona-se a origem do *gaucho* com os primeiros povoadores de Santa Fé, que constituíram filhos com a população nativa, dando origem aos *criollos*, distanciando-se das origens espanholas matriz por meio dos hábitos indígenas (Idem, 1996).

O *gaucho*, ser errante dos pampas argentino, não pode ser tomado como um agente que distingue “*Las Pampas y Los Porteños*”. Há de se tomá-lo como duas entidades, real e mítico, que se confluem na representação ou tentativa da criação de um símbolo argentino. Segundo Lynch (2001), o *gaucho* real havia habitado os pampas argentinos durante o fim do período colonial até meados da década de 1850. Este poderia ser escravizado e era oriundo da miscigenação entre as etnias originárias da atual argentina — indígena, branco, negro — porém, isso não significa que o gaúcho obrigatoriamente deveria ser mestiço:

Tradução livre: “Os gaúchos negros e mestiços, ou aqueles descritos como de pele escura ou próximos do mundo indígena, foram muito abundantes do início ao fim do fenômeno. Nesse momento, o criollismo gerou interferência nos discursos oficiais da nação promovidos pelo Estado por meio do sistema escolar e que a maior parte do campo intelectual adotou: aqueles que sustentavam que o povo argentino era etnicamente europeu (e não mestiço, como o resto da América Latina) e de “raça branca””. (ADAMOVSKY, 2018. p. 12)¹

¹ No original: *Los gauchos negros y mestizos, o descritos como de pieles morenas o próximos al mundo de los indígenas, fueron muy abundantes desde el comienzo hasta el final del fenómeno. En ese punto, el criollismo generaba interferencias en los discursos oficiales de la nación que promovía el Estado a través del sistema escolar, y que la mayor parte del campo intelectual hacía propios: aquellos que sostenían que el pueblo argentino era étnicamente europeo (y no mestizo, como el resto de América Latina) y de “raza blanca”.*

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

É possível ver como a interpretação literária e real se entrelaçam: a ideia de uma nação historicamente embranquecida traz inevitavelmente um *gaucho* embranquecido, que será distanciado de sua origem assim como de seu contexto — os espanhóis dizimaram os indígenas e os removeram de suas terras, incorporando-os ao conceito de *gauchos* pela inserção permanente na pecuária, e passou a vender as terras oriundas dos indígenas extintos ou removidos como se fossem vazias (IDEM, 2018. p. 12).

A ideia de uma nação europeia nas Américas pode ser um contraponto a outro dois modelos — o segregacionista estadunidense e a democracia racial brasileira. Tendo como base a imigração europeia, a população argentina saltou de 400 mil habitantes no fim do período colonial, para uma população de quase oito milhões de habitantes em 1914 — um aumento populacional de 20 vezes em comparação ao século anterior (ARCHETTI, 2003. p. 11). É importante dizer que, em conjunto com esse embranquecimento populacional, os *gauchos*, apesar de serem embranquecidos em seus mitos, viviam a sua racialidade de forma bastante traumática, sendo desqualificados por seu fenótipo e cor independentemente de quão bem realizavam suas funções, podendo ser até mais qualificados que seus superiores brancos (MAYO, 1997). Também se faz relevante ressaltar a diferença das vidas dos escravizados nas plantações e na economia pastoril, que tinha um conjunto de outras relações entre senhores e escravizados menos baseadas na agressão e mais baseadas nas estruturas de dominação.

Tradução livre: [...] havia assegurado Patricio a Altolaquirre no primeiro parágrafo de sua carta— “Vossa Graça não vive enganado”. Patricio vivia traumáticamente sua identidade racial; desde que tinha uso de razão, ele havia ensinado que a cor de sua pele era

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

descalcificada, que ser negro era ser inferior, que um negro era precisamente isso, “um pobre negro”, um pobre homem destituído das aptidões e direitos que os tinha que, como espanhóis, integravam as filas da “gente decente”, da “gente de razão”; ser negro, lhe haviam falado, era ser torpe e limitado, vil e destinado a servir. (MAYO, 1997, p. 603)²

A análise dos dados evidencia que a relação com a terra no território argentino sofreu transformações estruturais ao longo do século XIX, refletindo mudanças profundas na configuração social e política do país. Se, imediatamente após a independência, os pampas apresentavam-se “quase” desertos, no centenário da independência sua paisagem já não comportava a figura do gaúcho tradicional, dependente de vastos espaços abertos e da ausência de um Estado nacional consolidado. A persistência dessa figura histórica esteve vinculada à hegemonia temporária dos estancieros, cuja autoridade local se sobrepunha à do governo central; em outras palavras, os *gauchos* constituem vestígios de um passado que coexistia, de maneira tensa, com um presente marcado pela centralização do poder e pela expansão da propriedade privada.

Sarmiento projetava seu ideal nacional à luz de uma hierarquização civilizatória que associava “civilização e progresso” exclusivamente à cidade de Buenos Aires, relegando ao interior e ao litoral a “incivilidade” e a “barbaridade” dos não brancos (DOMÍNGUEZ, 2014). Sua posição reflete a influência da geração de 1820 do Partido Unitário, cuja proposta de Estado

² No original: “*había asegurado Patricio a Altolaquirre en el primer párrafo de su carta—“Vuestra Merced no vive engañado”. Patricio vivía traumáticamente su identidad racial; desde que tenía uso de razón le habían enseñado que el color de su piel lo descalificaba, que ser negro era ser inferior, que un negro era precisamente eso, “un pobre negro”, un pobre hombre destituido de las aptitudes y derechos que tenían los que, como españoles, integraban las filas de la “gente decente”, de la “gente de razón”; ser negro, le habían dicho, era ser torpe y limitado, vil y destinado a servir.*”

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

centralizado se fundamentava na importação de instituições liberais europeias e na rejeição sistemática ao federalismo, aos caudilhos e ao provincianismo (LYNCH, 2001). Nesse sentido, a construção do ideal nacional não se limitava a um projeto político-institucional: ela incorporava uma dimensão simbólica, na qual a definição de quem pertencia ou não à “nação civilizada” estava estreitamente ligada à espacialização social do território e à exclusão dos grupos rurais e mestiços.

Essa dicotomia evidencia a coexistência de duas nações dentro do mesmo espaço geográfico. Em Buenos Aires, a elite intelectual liberal, desprovida de contato direto com o campo, julgava a realidade rural mais por estórias e representações literárias do que por análises empíricas, projetando sobre o interior atributos de atraso e selvageria. No campo, por sua vez, encontravam-se os elementos considerados indesejáveis à construção de uma identidade nacional moderna — caudilhos, *gauchos*, *criollos*, campesinos e mestiços — percebidos como entraves à consolidação de uma cultura argentina desvinculada das heranças coloniais e medievais. Essa tensão entre centro e periferia, civilização e barbaridade, não apenas revela as bases de um projeto nacional excludente, como também evidencia a dimensão ideológica da historiografia liberal argentina, na qual a modernização do Estado e da sociedade se legitimava por meio da marginalização e da estigmatização de corpos, práticas e saberes rurais.

Tradução livre: “Na República Argentina, duas civilizações distintas podem ser vistas simultaneamente no mesmo solo: uma nascente, que, sem saber o que se passa em sua cabeça, vai imitando os esforços ingênuos e populares da Idade Média; outro que, sem se importar com o que está a seus pés, tenta alcançar os últimos

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

resultados da civilização europeia. O século XIX e o século XII convivem: um, dentro das cidades; o outro, nas campanhas”. (SARMIENTO, 1999. p.51)³

O fim do governo de Rosas em 1877 e a consolidação da República Argentina foi um marco para solidificar o poder do porto de Buenos Aires e dos intelectuais, idem Sarmiento, sobre as províncias do interior e litoral que tiveram seu desenvolvimento em parte reduzidos graças ao monopólio de Buenos Aires (LYNCH, 2001), sobretudo nas províncias mais afastadas do litoral atlântico. Deste modo, a criação de duas nações — a cosmopolita e a interiorana — que se entrelaçaram em torno da sua identidade nacional será a chave para entender como os *gauchos*, repugnados anteriormente, acabaram por se tornar símbolo da nova Argentina.

É importante dizer que houve diversas tentativas de resistência à imposição do que seria a nova vida diante da formação dos Estados-nação, tanto na Argentina quanto no Brasil. A transgressão, tanto em relação à demanda das estâncias de trabalhar ininterruptamente e à privação da liberdade de cantar, jogar, e possuir lazer levou à ideia de que os *gauchos* eram folgados e vagabundos — inclusive, grande parte das prisões que existiam à época contra *gauchos* eram sobre estar em festas, beber, participar de jogos de azar, dentre outros delitos (COSTA, 2022). Sabendo-se que o costume é dominado pela cultura, o objetivo destas penalidades, institucionalizadas, era disciplinar os *gauchos*, removendo seu lazer em detrimento de uma vida destinada exclusivamente ao trabalho. Para a elite,

³ No original: “*En la República Argentina se ven a un tiempo dos civilizaciones distintas en un mismo suelo: una naciente, que, sin conocimiento de lo que tiene sobre su cabeza, está remedando los esfuerzos ingenuos y populares de la Edad Media; otra que, sin cuidarse de lo que tiene a sus pies, intenta realizar los últimos resultados de la civilización europea. El siglo XIX y el siglo XII viven juntos: el uno, dentro de las ciudades; el otro, en las campañas*”.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

o escravizado (condição de muitos *gauchos*) não deveria trabalhar para viver, mas sim viver para trabalhar, o que lhes foi útil para criar, posteriormente, novos hábitos e o imaginário nacional que debatemos — uma “cultura popular” dissuadida com a “cultura burguesa”, enclausurada no mito e no folclore. Essa figura do *gaucho* foi se consolidando ao fim do período colonial — cultura que também se conjugou com as tradições nativas, europeias e africanas em uma menor escala (GUTFREIND E REICHEL, 1996).

Com o fim do governo de Rosas e a consolidação da República Argentina, o ideário de Sarmiento para imigração fora posto como ordem do dia: não bastava acabar com o antigo regime caudilhista e todos os “indesejáveis” para alçar o progresso e a civilização, a imigração deveria ser incentivada a todo custo, e o *gaucho*, extirpado dos pampas. A modernização do campo e a substituição do gado bovino pelo ovino vem no contexto da perda de espaço a cada década do charque para a lã. O pampa teve sua transformação rápida: agora o *gaucho* livre já não mais correspondia às necessidades dos latifundiários, o pastor era o sujeito da vez. Com a chegada de colonos imigrantes para trabalhar junto a criação de ovelhas, seja por assalariamento ou parceria com o proprietário, houve uma redistribuição da terra, fazendo com que em alguns anos esses imigrantes conseguissem comprar seu quinhão de terra ou até mesmo grandes porções.

Malandro: marginais da capital federal

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

Como escrito acima, esses personagens em determinadas ocasiões não eram bem-vistos pelas classes mais intelectualizadas, e isto não fora diferente com o malandro. O malandro, figura brasileira que passou a surgir nas grandes cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Salvador e Recife no final do século XIX e início do XX, é fruto direto do processo de pós- abolição da escravização no Brasil. Idolatrado, por uns e odiado por outros, estava presente em cidades que antes da abolição tinham já um alto número de negros, e com o processo de libertação viu seu número aumentar consideravelmente, em decorrência do êxodo de parte da antiga população escravizada do campo em direção à cidade.

No fim do século XIX, o malandro já possui características bem definidas: trapaceiro, dado ao ócio e a jogatina, ou seja, tudo aquilo que não se poderia aceitar naquela situação. O malandro também carregava outro pesado fardo — ser negro — seu fenótipo corporal era motivo de preconceito, sendo esse mais um agravante (GOMES, 1999). Mas quem realmente era esse malandro? Apesar de alguns elementos comuns, não é possível nivelar todos aqueles que eram malandros por diversos motivos: qualquer pessoa que não vivesse dentro do maior rigor da lei poderia ser considerada vadia ou malandra, cabendo aqui os capoeiristas, sambistas, candomblecistas, charlatões, cafetões, dentre outros (BOMFIM, 2013). Como pode-se observar, a palavra malandro não tem uma singularidade e sim uma polissemia, sendo difícil uma definição peremptória.

Arthur Azevedo, um dos grandes escritores sobre a malandragem do final do século XIX, traz em suas revistas anuais, livros e escritos a ociosidade como um mal tão perigoso a sociedade que sua existência

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

deveria ser combatida não somente pela moral, mas também por coerção estatal, seja através da lei ou por substituição étnica da população negra por imigrantes europeus. Ao trazer o malandro como simples trapaceiro, querendo se dar bem — ora em pessoas de “boa-fé”, ora em pessoas deverás ambiciosas — ele tenta retratar não somente uma classe específica, mas faz questão de ilustrar que o Malandro daquele período representa toda uma sociedade, sobretudo a do Rio de Janeiro, onde fora colocado como signatário máximo de todos os aspectos culturais. Segundo Azevedo, o malandro em si não era adepto ao trabalho, o que por si só já o tornava marginal diante da elite.

O trabalho era visto, no pós-abolição, como algo essencial e necessário para todos aqueles validados moralmente e socialmente — aquele que não se curvasse ao novo mantra deveria ter um lugar especial no seio nacional, a detenção ou colônias penais. Não somente uma forma de aumentar drasticamente o lucro das classes econômicas dominantes, o trabalho era visto como uma necessidade moral a ser cumprida, especialmente pelas classes menos favorecidas, que já eram consideradas inferiores e menos dignas de direitos ou cidadania. Tais punições não poderiam ficar de fora do Código Penal dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

“Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellullar por quinze a trinta dias.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

Art. 400. Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas marítimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presídios militares existentes”. (BRASIL, 1891)

Quando Azevedo forma categoricamente as críticas ao malandro, tendo como alvo a população negra, ele o faz visando um Brasil moderno e civilizado, no qual o passado colonial não mais se faça presente nas relações interpessoais espalhadas pela maquinaria pública (GOMES, 1999). Nesse ponto, Sarmiento e Azevedo se unem em torno de um projeto de nação que visa as camadas populares como portadoras da impossibilidade do avanço “civilizatório” de suas respectivas nações. Esses nobres letrados, porém, pregoavam tanto sobre sociedades “avançadas” esquecendo que, em todos os casos, as classes populares foram chaves na construção das nações da Europa Ocidental.

Melo Gomes (1999), ao analisar Arthur Azevedo salienta que ele traz não somente uma visão cientificista, mas também elitista. A disposição contra a escravidão baseava-se na preocupação com a questão do negro na forma do moto-contínuo da “degeneração social” da sociedade, a causa humanística nem no discurso pode ser vislumbrada, haja vista que os negros carregavam todos os vícios da escravidão e da inferioridade da genética da raça não sabendo mais trabalhar num regime moderno de trabalho livre, forjado nos ideais de ferro e fogo como signo do progresso (ANDREWS, 2007). Não somente não sabiam trabalhar, como não gostariam de trabalhar, vivendo em numa vida completamente regada de

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

bebida, lazer, jogo, sexo e tudo o que não era considerado positivo pelas elites brancas brasileiras no período. Neste poema sátiro:

“Fui ver pretos na cidade Que quisessem se alugar. Falei com esta humildade:

- Negros, querem trabalhar Olharam-me de soslaio,

E um deles, feio, cambaio, Respondeu-me arfando o peito:

- Negro, não há mais, não:

Nós tudo hoje é cidadão.

O branco que vá pro cito.” (ANDREWS, 2007, p.117)

Na visão da ex-classe senhorial e de letrados, o negro sem a égide do cativo se tornaria uma incongruência fatal para o progresso e desenvolvimento da nação, o que corresponde à ideia de que o malandro é uma erva daninha danosa a um Brasil ordeiro e pacífico. Não é à toa que o a narrativa de embranquecimento paulatinamente será substituída pela do Brasil mestiço e alegre, tendo no seu antigo algoz e inimigo público seu representante. Porém, as contradições não ficam expostas nesta narrativa, que basicamente demonstra a interpretação negativa da resistência das populações negras brasileiras nas grandes cidades, agora livres, que basicamente não tinham o mínimo de oportunidades para o trabalho ou qualquer tipo de ascensão ou mobilidade social.

Em relação à educação, que já era alijada aos negros durante o período da escravização, a abolição e a Primeira República a transplantou para o novo espaço de poder que diferenciava a população branca da negra em termos sociais, já que o signo do status de cidadania desigual não mais existia. O acesso à educação no período podia ser entendido

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

como uma das fontes de poder que fundamentou a superioridade dos brancos perante os negros, sendo um dos novos mecanismos para continuar deflagrando a desigualdade racial, até então vista sem problemas pela elite. Diante de um contexto de criação do imaginário nacional e da consolidação de uma eventual elite brasileira, o acesso à escola era o elemento de coesão e manutenção do poder vigente entre a camada branca. Apesar de não ser proibida aos negros, sua presença era vedada através de mecanismos sutis de discriminação ocorridas no processo de integração. Em um contexto de políticas eugenistas e profunda discriminação, o acesso à educação, por exemplo, era uma forma de inserir os brancos como superiores e os negros como aqueles que deveriam aceitar a superioridade dos brancos (BARROS, 2005, p. 149).

A marginalização dos descendentes de africanos escravizados ou dos próprios ex-escravizados já era patente no período pós-abolição, justamente pelas políticas de eugenia trazidas pelos governos e pelas elites brasileiras, que preferiam uma mão de obra branca visando maior produtividade de trabalho, e dispensando aqueles que, apesar de já possuírem experiência no trabalho a ser realizado, eram negros. Este movimento, que alterou a relação de trabalho na transição do modo de produção escravista para o modo de produção capitalista no Brasil, era uma deliberação pragmática da política social de “limpeza racial” da época, sendo opção ideológica que desqualificou a produção nacional, e em especial a população negra, como trabalhadores e construtores de uma nação que, segundo seus formuladores, deveria ser branca como condição para a suposta “civilização” (JACINO, 2013).

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

Sem emprego, educação ou qualquer outro tipo de política que os incluíssem enquanto população brasileira, estes ficaram completamente ao largo de qualquer possibilidade de ascensão social, restando a necessidade de correrem por si mesmos em prol de uma vida melhor. Também sobrou a resistência às políticas de extermínio e limpeza étnica que foram pensadas pelos idealizadores da “grande nação”, tanto em sentido biológico quanto em sentido social, sendo o malandro em sua excelência o símbolo de resistência da população negra, que ocupava as cidades em busca de uma vida melhor, e sem pretensão de abandonar suas tradições, costumes e cultura em detrimento daqueles que antes os dominavam, e agora os renegavam.

Nos anos 1920, porém, o malandro reaparece na produção e massificação da cultura popular brasileira, agora com novos traços:

“[...] o malandro é representado de maneira diversa no teatro de revista. Agora o malandro claramente aparece como típico representante de uma cidade e de uma nação que se orgulham de seu caráter mestiço. Os malandros neste momento aparecem mais claramente vinculados às classes baixas da sociedade, de onde viria a legitimidade para esta noção exaltadora de tudo o que seria “tipicamente nacional”. (GOMES, 1999, p. 66)

As razões para essa mudança de paradigma entre a interpretação do malandro durante o início do século XX e os anos 1920 e 1930 podem ser vistas no contexto sociocultural mais amplo e na própria dinâmica interna do país, com a conjuntura do pós-guerra favorecendo uma maior valorização das “raízes populares” da nação em oposição ao período anterior, que se procurava uma “civilidade” e uma moralidade “à francesa”, com o objetivo de chegar aos europeus como sociedade idealizada.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

Essa ideia do malandro no campo da política ganhou força com Getúlio Vargas, que procurou, durante os anos 1930 e 1940, especialmente durante o Estado Novo, apagar o malandro enquanto elemento social existente no Brasil, mas retirando-lhe algumas partes de cultura que lhe interessavam para inserção no imaginário nacional. No processo de massificação da cultura popular de Vargas, houve uma redução da riqueza do meio cultural brasileiro, diminuindo-o ao samba e ignorando outros estilos regionais não considerados positivos.

O malandro que outrora era tido como um párea nacional, sendo alçado para si diversos significados — negro, capoeirista, jagunço, sertanejo e etc. — agora passava por um rearranjo na sua forma e estilo (PARANHOS, 2019). Já não mais caberia toda a polissemia que o dava nivelamento entre interior e a cidade, a partir de então não será mais a belle époque a ditadora de ideais e ritos a serem tomados como modelo máximo de civilização, o nacionalismo e a identidade nacional tomará forma e corpo nesse início do século XX, a cidade luz não brilha mais como antes.

A malandragem representa, mais que a característica de um personagem específico, a própria especificidade da Nação. Neste sentido, o malandro seria a personificação deste “caráter nacional”, embora claramente sem monopolizá-lo. É um símbolo do caráter nacional em toda a sua plenitude.

A ideia se confirma em várias formas nas quais a figura do malandro é utilizada, inclusive internacionalmente em prol de iniciativas políticas, como é o caso do papagaio “Zé Carioca”, personagem criado pela Walt Disney Studios no ano de 1943, retratando a América Latina e procurando

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

gerar conexões amigáveis entre os Estados Unidos da América e os países latino-americanos no contexto da Segunda Guerra Mundial, o que conhecemos como a tentativa de “panamericanismo”. Zé Carioca, inclusive, é um personagem considerado bastante superficial, não podendo expressar a formalização estética da sociedade brasileira e do seu ritmo geral cotidiano (FERREIRA, 2006, p. 166). Também o malandro aparece em religiões afro-brasileiras, como no caso da Umbanda e do Catimbó, em que há uma falange espiritual de “malandros” como Zé Pelintra, que aparece como uma entidade importante para a resolução dos problemas dos filhos de santo, dando a esperteza e a destreza. Sendo assim, é possível notar que o malandro, negro e marginalizado, tornou-se folclore e base para uso político de sua imagem no imaginário nacional e até mesmo no imaginário internacional do que é o Brasil e a América Latina.

Conclusão

Este trabalho, portanto, versou sobre a relação entre os *gauchos* e os malandros, personagens existentes na vida social do Brasil, no caso deste, e da região do Prata, no caso daquele, e as relações entre a vivência que levavam e o mito que foi criado em torno deles para ajustar tais imagens ao imaginário nacional, folclórico e massificado. É possível ver que tais figuras, antes esquecidas e condenadas à demonização e à simbolização de tudo o que é imoral, antiético e até mesmo criminal, foram temporariamente apagadas e, posteriormente, reutilizadas para compor a identidade nacional, já adaptadas ao que se pensava por ideal de nação — com suas raças mudadas, com caráter, costumes e vivência diferentes da que de fato viveram.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

O trabalho também procura demonstrar a principal contradição destas imagens para a construção de nacionalismos — a transformação destes personagens, racializados, em base para uma identidade nacional de países que investiam em políticas altamente eugenistas, procurando marginalizar e esvaziar a existência da pessoa negra na população nacional, tornando-a criminalizada. Tanto os *gauchos* quanto os malandros viveram em uma estrutura de perpetuação da lógica do trabalho ininterrupto, não somente nas sociedades escravocratas, mas também na transição entre estas e as sociedades capitalistas.

Sendo assim, o trabalho pretendeu mostrar que a estrutura de dominação a partir do trabalho continuava, e que suas resistências ao modo de vida que a elite procurava impor — viver para trabalhar, e não trabalhar para viver — baseavam-se no simples exercer de suas culturas, tradições, festas, jogos e bebidas, o que era considerado altamente transgressor. Apesar da estrutura de perpetuação da dominação propor pequenos ganhos que tornariam a vida menos miserável e, portanto, com menor potencial de revolta ou subversão, estes personagens procuraram lutar contra seu apagamento cultural.

Tanto os *gauchos* quanto os malandros eram populações como outras, com seus costumes básicos, e que sentiram exatamente tudo o que as antigas populações negras e nativas sentiram — a repressão e a barbárie colonial ao remover suas terras e seu prazer; e ao dar-lhe trabalho que, apesar de seus costumes, tornara-se extremamente opressivo; não era mais forma de vida, era agora aprisionador político e social. Tudo isso para, posteriormente, tornarem-se folclore de um Estado que primeiro decidiu

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

por oprimir e aniquilar sua existência; e depois, decidiu referendá-la como um folclore de heroísmo nacional para fortalecer a legitimidade política nacional.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

REFERÊNCIAS

ADAMOVSKY, Ezequiel. Criollismo, experiencia popular y política: el gaucho como emblema subversivo. La Plata – AR-B, Anuario del Instituto de Historia Argentina, v.18, nº1, 2018.

ANDREWS, George Reid. AMÉRICA AFRO-LATINA: 1800-200. São Carlos -SP: Edufscar, 2007.

ARCHETTI, Eduardo. P. O “gaucho”, o tango, primitivismo e poder na formação da identidade nacional argentina. Rio de Janeiro – RJ, Mana, v.9, nº 1, 2003. p. 9-29.

BEIRED, José LB. Hispanismo, intelectuais e identidade nacional na Argentina. Anais eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC, 2008.

BOMFIM, Delmar Cruz. Que malandro sou eu? Para uma cartografia do malandro brasileiro. Alagoinha – BA, Anais Seminário Interlinhas, v.1, nº3, 2013, p. 25-36.

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1891. Código Penal dos Estados Unidos Do Brazil, Rio de Janeiro - DF: Imprensa Nacional, 11 out. 1891.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Estado. Lua Nova: Revista de cultura e política, n. 81, p. 117-146, 2010.

COSTA, Ian Anderson Maximiano. Borges anacrônico, um escritor do século XIX no XX: diálogos com Domingo Faustino Sarmiento a partir da figura dos gauchos. Belo Horizonte, Dissertação, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2022.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. Saraiva, 1985. BARROS, Surya Aaronovich Pombo De. Negrinhos que por ali andão: a escolarização da população negra em São Paulo (1870-1920). São Paulo, Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, 2005.

DOMÍNGUEZ, Daniel Arrieta. La identidad nacional de los estados brasileño y argentino como construcción literaria a través de las figuras del bandeirante y del gaucho. Franca -SP, Revista História e Cultura, v.3, nº1, 2014, p. 105-119.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

FERREIRA, C. M. Zé Carioca: um papagaio na periferia do capitalismo. *Revista Novos Rumos*, [S. l.], v. 49, n. 1, 2022.

FERRERAS, Norberto o. A formação da sociedade Argentina contemporânea. Sociedade e trabalho entre 1880 e 1920. FRANCA – SP, *História*, v.25, nº1, 2006, p. 170-181.

FIORIN, José Luiz. A construção da identidade nacional brasileira. Bakhtiniana. *Revista de Estudos do Discurso*, n. 1, 2009.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Luzes e sombras na construção da nação argentina. Os manuais de História nacional (1868-1912). Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

GOLDMAN, Noemi; SALVATORE, Ricardo. Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a um viejo problema. Buenos Aires: Eudeba, 2005.

GONZÁLEZ, Francisco Colom. A nação como relato: a estrutura narrativa da imaginação nacional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 82, p. 107-118, 2013.

GOMES, Tiago Melo. Formas e sentidos da identidade nacional: o malandro na cultura de massas (1884-1929). São Paulo – SP, *Revista De História*, 141, 1999, p. 62-63.

GUTFREIND, Ieda; REICHEL, H. J. A região platina nos séculos XVII e XVIII: A cultura popular. In: *As raízes históricas do Mercosul. A Região Platina Colonial*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1996, p. 167-201.

JACINO, Ramatis. O negro no mercado de trabalho em São Paulo pós-abolição - 1912/1920. São Paulo, Tese, Universidade de São Paulo 2013.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Estados Unidos. Estado nacional e narrativa da nação (1776- 1900). São Paulo: EDUSP, 2018.

LIMA, Camila Imaculada S.; NOGUEIRA, Gabriel Parente. A formação do Estado-Nacional Argentino e a construção da identidade nacional. Fortaleza, *Revista Ameríndia - História, cultura e combates*, v.1, n.1, 2006.

LYNCH, Jonh. As repúblicas do prata da independência a guerra do Paraguai. In: BETHELL, Leslie (org). *História da América Latina*, v. III, Da independência até 1870. São Paulo – SP, Edusp, 2001. p. 625-692.

Da marginalização ao mito: a reinvenção de *gauchos* e malandros no imaginário nacional argentino e brasileiro

Higor William da S. M. Marcolino

MAYO, Carlos Alberto. Patricio de Belén: nada menos que un capataz. *Hispanic American Historical Review*, v. 77, n. 4, p. 597-617, 1997.

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. In: *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2001. p. 45-59.

PARANHOS, Adalberto. Capoeiras e malandros: barões da ralé. *Uberlândia – MG, Artcultura*, v.21, nº38, 2019, p.181-187.

SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo*. Editora Elaleph, 1999.

WASSERMAN, Claudia. A formação do Estado Nacional na América Latina: as emancipações políticas e o intrincado ordenamento dos novos países. *História da América Latina: cinco séculos (temas e problemas)*, 2010, p. 177-214.

VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil imperial, 1822- 1889*. Objetiva, 2002, p. 635-645.

YOLIS, MÁXIMO. Del gaucho literario al gaucho “real”: un aporte a su construcción en Argentina (1845-1913). *Ouro Preto – MG, História da Historiografia*, v.7, nº16, 2014, p.15- 36.